

Alternativas agroecológicas nos territórios: a construção de comuns e a autonomia das mulheres



Natália Lobo*



Renata Reis*

Resumo: Neste artigo traçamos relações entre os comuns, o feminismo e a construção de alternativas agroecológicas. Essas experiências constroem soberania alimentar, espaços de socialização e autonomia para as mulheres trabalhadoras. Escrevemos a partir de experiências concretas de resistências agroecológicas em múltiplos territórios em que estamos presentes com a Sempre Viva Organização Feminista (SOF) e a Marcha Mundial das Mulheres. Apresentaremos nossa visão sobre o comum, que parte de uma perspectiva feminista, descrevemos as experiências agroecológicas e feministas de que participamos, de onde nascem muitas elaborações, sonhos e conquistas coletivas.

Para as mulheres, “comum” não é um adjetivo usado apenas para se referir a coisas. É também um substantivo, um princípio que organiza uma visão política. Essa perspectiva é compartilhada entre o movimento feminista e outros sujeitos políticos em luta ao redor do mundo (Dardot; Laval, 2017).

Não são só a terra, os recursos, os objetos ou os espaços que podem ser comuns a mais de uma pessoa. Para nós, a palavra também se refere à vida e ao trabalho. É nesse sentido que as estudiosas feministas do comum tecem suas análises sobre cozinhas, hortas, mutirões de trabalho e cuidado coletivo com as crianças e idosos. O comum pode ser uma prática da vida coletiva e um princípio político de redistribuir o trabalho doméstico e de cuidados para tirar a sobrecarga das mulheres.

Neste artigo, pretendemos traçar algumas relações entre os comuns, o feminismo e a construção de alternativas agroecológicas no campo e na cidade. Essas experiências constroem soberania alimentar, espaços de socialização e autonomia para as mulheres trabalhadoras. Escrevemos a partir de experiências concretas de resistências agroecológicas em múltiplos territórios em que estamos presentes com a Sempre Viva Organização Feminista (SOF) e a Marcha Mundial das Mulheres.

*Ativistas na Sempre Viva Organização Feminista - SOF

Palavras-chave: Comum; feminismo; agroecologia.

Para começar, apresentaremos nossa visão sobre o comum, que parte de uma perspectiva feminista. Em seguida, descreveremos as experiências agroecológicas e feministas de que participamos e de onde nascem muitas elaborações, sonhos e conquistas coletivas. Para concluir, traçamos algumas relações entre os comuns e a resistência das mulheres nos territórios.

Avisão feminista dos comuns e as experiências concretas

Autoras e autores como Miguel Vieira Said (2016) atentam para a importância de analisar a gestão dos bens comuns a partir da comunidade que cuida destes bens. Para ele, os bens comuns só podem ser preservados e reproduzidos quando existe uma comunidade que tem este princípio imerso em seus laços sociais. Essa elaboração ganha corpo em uma palavra de ordem de movimentos sociais em defesa do comum: “não existe comum sem comunidade!”.

Silvia Federici (2014) traça um caminho no mesmo sentido. Ela aponta que o comum só existe quando há um modelo social cooperativo para a reprodução da vida cotidiana, onde ela se torna uma questão política e coletiva, não individual. As mulheres são as principais sujeitas a manter formas de produção e reprodução comum ao redor do mundo, como as agricultoras africanas, que produzem 80% dos alimentos que a população do continente consome. O mesmo acontece nas cidades, onde a maior parte das experiências de agricultura urbana nas periferias são lideradas por mulheres. Isso remete à própria criação do sistema capitalista, onde as mulheres foram linha de frente contra os cercamentos que deram início à propriedade privada ao redor do mundo. Para a autora, a relação das mulheres e dos povos com os comuns deveria estar no centro da luta política da esquerda contra o sistema capitalista.

De maneira mais geral, a esquerda não colocou a questão de como reunir os muitos bens comuns que estão sendo defendidos, desenvolvidos e são objeto de luta, para que possam formar um todo coeso e fornecer a base para um novo modo de produção. É nesse contexto que uma perspectiva feminista dos Comuns é importante, porque ela começa com a consciência de que, como sujeitos principais do trabalho reprodutivo, historicamente e em nosso tempo, mais do que os homens as mulheres dependeram do acesso a recursos naturais comunitários, foram mais penalizadas por sua privatização e estiveram mais comprometidas com sua defesa (Federici, 2018).

As mulheres estão permanentemente criando e reproduzindo comuns. Quando as condições de vida se tornam mais precárias, essa forma de organizar a vida coletiva se torna ainda mais necessária. Durante a pandemia de Covid-19, vivenciamos um exemplo concreto da construção

concomitante de resistência e alternativas. No Brasil, as militantes da Marcha Mundial das Mulheres se articularam com outros movimentos sociais e organizaram diversas ações de solidariedade para combater o aumento da precarização da vida naquele período. O cultivo de hortas comunitárias e cozinhas solidárias para preparo coletivo de alimentos fez parte da ação política do movimento.

Em alguns locais, esse modo de organizar as mulheres em torno da coletivização da produção e reprodução da vida se tornou permanente. Temos como exemplo a organização das mulheres no Rio Grande do Sul. Na pandemia, o movimento criou uma horta comunitária e uma cozinha solidária no Morro da Cruz, na periferia de Porto Alegre. Essa organização se solidificou, teceu alianças com outros movimentos, se tornou permanente e foi fundamental durante as enchentes que ocorreram em 2024, garantindo a alimentação de até mil pessoas por dia¹ (Ceregatti, 2024).

A criação e reprodução dos comuns também está na forma como as mulheres constroem e compartilham os conhecimentos. Enquanto realizam trabalhos coletivos, como o manejo de uma horta ou um mutirão em um espaço comunitário, compartilham maneiras de fazer e socializar esse trabalho. Essa característica também está presente em processos de elaboração sobre como tem sido a auto-organização, como em reuniões avaliativas e espaços de reflexão sobre as experiências vivenciadas por elas. Nestes espaços elas compartilham as ferramentas que têm usado para organizar as mulheres e construir suas ações, para que outras companheiras possam usar, adaptar ou se inspirar.

O processo de formação política também gera reflexões importantes sobre a construção de conhecimento de maneira coletiva. Os ciclos de formação “Alternativas Feministas e Agroecológicas”, realizados pela SOF em parceria com instituições de ensino e grupos feministas, combina a experiência da organização em educação popular e feminista com a pedagogia da educação no campo formalizada em instituições de ensino. As atividades promovem intercâmbios em territórios rurais, urbanos, quilombolas e indígenas. As experiências dessa formação nos fazem reafirmar cada território e seus sujeitos políticos como criadores de resistências, lutas e alternativas no processo cotidiano de produzir a vida. Essa produção tem como base a agroecologia, a organização das mulheres e o antirracismo.

Um dos objetivos desse processo de formação é promover a transformação das pessoas participantes e de suas realidades. Há um fortalecimento das experiências territoriais ao conectar lideranças e promover a articulação entre elas. Somado a isso, observamos que, durante esse processo, as pessoas envolvidas se sentem convidadas a

1. Para saber mais sobre a construção de resistência das mulheres no Rio Grande do Sul, ver: o artigo “Mulheres na reconstrução do Rio Grande do Sul com feminismo e justiça socioambiental” (Ceregatti, 2024).

experimentar uma participação como sujeito. Não se limitam como observadoras das experiências dos territórios:

Ir para o intercâmbio me fez refletir sobre a minha relação com a comida e toda a cadeia de produção. Sempre fiquei preocupada em sobreviver e percebi que nunca tinha pensado o que eu comia. Me permiti ser cuidada pela agricultora Dona Francisca e não lembrava que era bom receber afeto e percebi o quanto estava cansada. Me questionei sobre o meu papel e como posso contribuir daqui para frente (Participante do curso, depoimento de 2024)

A aproximação de estudantes do ensino médio e da graduação, assim como das professoras e dos professores do ensino fundamental, técnico e universitário, contribui para a participação comunitária e para o compartilhamento de saberes que ampliam o conhecimento produzido por essas instituições. No fazer dos encontros, tomamos consciência das potencialidades presentes nos espaços, como a diversidade de uma horta em um dos campi do Instituto Federal e a necessidade de catalogar as espécies cultivadas ali. Com essa junção de conhecimentos e experiências, construímos nosso repertório com objetivo de consolidar territórios mais livres para os povos, para as mulheres e para a natureza. Um território comum.

Referências

CEREGATTI, Alessandra. **Mulheres na reconstrução do Rio Grande do Sul com feminismo e justiça socioambiental**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/05/16/mulheres-na-reconstrucao-do-rio-grande-do-sul-com-feminismo-e-justica-socioambiental>. Acesso em: 21 nov. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**. São Paulo: Boitempo, 2017.
FEDERICI, Silvia. **Sobre o Feminismo e os Comuns**. 2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/feminismos/federici-sobre-o-feminismo-e-os-comuns/>. Acesso em: 14 out. 2024.

----- O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. In: MORENO, Renata (Org.). **Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2014. Disponível em: <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Economia-e-poli%CC%81tica-web.pdf>. Acesso em: 21 maio 2018.

VIEIRA, Miguel Said. **Os bens comuns intelectuais e a mercantilização**. São Paulo, 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

